

 @hojeemmoçambique

Nampula - Moçambique  
E-mail: comercial@hojeemmocambique.org



## Prisões ilegais e barreiras à advocacia preocupam Ordem dos Advogados na Zambézia



Somos o melhor parceiro audiovisual

Dispomos os seguintes serviços: i) **Consultoria Multimédia**; ii) **Assessoria de Imprensa**; iii) **Produção Audiovisual**.

# ANUNCIE CONNOSCO

E-mail: comercial@hojeemmocambique.org

Promessas que não chegaram de ser cumpridas

## Governo acusado de abandonar famílias em Inhangome após paragem das obras da ponte



©Hoje em Moçambique: Ponte alternativa e as obras abandonadas

**C**om a paralisação das obras de construção da ponte sobre o rio Inhangome, várias famílias daquele bairro estão a viver momentos de perigo, uma vez que a população local é obrigada a usar uma ponte alternativa ou pequenas embarcações que não oferecem as mínimas condições de segurança, tanto para quem se desloca ao bairro de Inhangome como para quem segue em direcção à cidade de Quelimane e vice-versa.

Segundo depoimentos dos residentes daquele bairro, atravessar pela referida ponte alternativa requer coragem e implica arriscar a própria vida, tudo em busca de sustento, seja por motivos de trabalho ou de negócio.

“Na verdade, estamos a sofrer. A situação aqui está complicada, é um perigo constante que enfrentamos”, lamentou um dos moradores.

Com o início das obras de construção, a alegria tomou conta das famí-

lias locais, que acreditavam que o problema da travessia estaria finalmente resolvido. No entanto, após mais de um ano de paralisação, a tristeza, a angústia e a preocupação voltaram a marcar o quotidiano das comunidades.

“Quando vimos os responsáveis a iniciarem esta ponte, ficámos felizes, porque os nossos filhos, que estudam na cidade, iriam ter mais facilidade para atravessar. Mas hoje nada avança, e estamos a usar uma ponte improvisada que representa um grande perigo”, contou outro morador.

Em meio às dificuldades diárias, os residentes de Inhangome queixam-se de abandono por parte das autoridades competentes. “Temos muitos problemas. Na hora das eleições precisam de nós, mas agora que estamos a sofrer o governo não quer apoiar. Esquecem-se de que para serem dirigentes é através de nós. Precisamos de água, de uma ponte, mas nenhuma ajuda chega até aqui”, desabafou Maria, uma das re-

sidentes, acrescentando que vários empreiteiros passaram pelo local, mas as obras nunca foram retomadas.

Enquanto as lamentações persistem, há quem veja a situação como espaço de lazer: as crianças aproveitam a estrutura inacabada e o calor intenso que se regista nos últimos dias na província da Zambézia para se banharem no rio um compor-

tamento que pode ser fatal e causar mortes.

As obras, iniciadas em Abril de 2024, foram abandonadas cerca de dois meses após o arranque. Com a paralisação, a população é forçada a usar a ponte alternativa, cuja travessia causa incerteza e medo devido às más condições em que se encontra. Em desespero, os moradores pedem a retoma e conclusão urgente das obras para garantir a transitabilidade e a segurança dos residentes daquela zona da cidade de Quelimane.

De referir que, nos últimos tempos, o abandono de obras por parte de empreiteiros tem sido uma situação recorrente. E, em meio a tudo isso, são sempre os beneficiários que acabam por sofrer as consequências, enquanto valores monetários continuam a ser canalizados sem resultados visíveis, contrariando os compromissos assumidos pelas entidades adjudicantes.

Por: CAMANETE AGOSTINHO

Terrorismo em Nampula

## Dezenas de casas foram incendiadas e um jovem decapitado no distrito de Memba



©Hoje em Moçambique: Terrorismo culmina com a destruição de casas

**D**ezenas de casas construídas com material precário foram incendiadas por terroristas na noite de 3 de Outubro, no posto administrativo de Chipene, distrito de Memba, província de Nampula. O ataque, ocorrido entre as 20h e 21h, deixou um rastro de destruição e medo entre os moradores locais.

“Se não fosse a segurança, nós iríamos nos abandonar. Quando estávamos no mato, vimos o lume e notamos que as nossas casas estavam queimadas”, relatou um residente, ainda visivelmente abalado.

No dia seguinte ao ataque, militares e agentes da Unidade de Intervenção Rápida chegaram ao local e iniciaram uma perseguição aos insurgentes. Os terroristas tentaram emboscar as forças de defesa e segurança numa es-

trada próxima, mas acabaram sendo repellidos.

Segundo Otilio Jaime, residente da região, a situação começa a estabilizar-se: “Aqui está normal. Apesar do medo, a população está a regressar às suas casas”. O governador da província de Nampula, Mariano Abdala, deslocou-se a Chipene nesta quinta-feira para solidarizar-se com as vítimas. O dirigente lamentou a morte de um jovem que foi decapitado durante o ataque.

“É uma situação de grande preocupação. Estamos agora com uma crise alimentar, e as famílias que perderam tudo estão sem comida. Precisamos apoiar rapidamente estas famílias que se tornaram vítimas de terrorismo”, disse o Governador.

O governador confirmou que “houve um caso de degolamento” e que as

forças de defesa conseguiram afastar os insurgentes da região após emboscadas. Apesar da presença policial no terreno, a comunidade vive sob forte desconfiança de que alguns re-

sidentes possam estar a colaborar com os insurgentes. “Acredito que tem de haver gente dentro desta comunidade que efectivamente está a servir de guia”, afirmou uma fonte local ligada à segurança.

Segundo as autoridades, a forma como os ataques são conduzidos indica conhecimento prévio da área, levantando suspeitas de apoio interno.

Em oito anos de terrorismo no norte de Moçambique, Memba continua a ser identificado como um ponto de recrutamento de jovens pelos insurgentes. As autoridades admitem que ainda há muito a ser feito em termos de inteligência do Estado para compreender e neutralizar a dinâmica do fenómeno.

Quando a justiça se fecha para quem deve defendê-la

## Prisões ilegais e barreiras à advocacia preocupam Ordem dos Advogados na Zambézia

**A**s informações foram avançadas numa entrevista recente, no âmbito do Simpósio Provincial da Justiça que decorreu na cidade de Quelimane, onde o presidente da Ordem dos Advogados na Zambézia, Alberto Marqueza, afirmou que, nos últimos dias, tem sofrido impedimentos em algumas esquadras desta parcela do país durante o exercício das suas actividades.

Estes casos acontecem numa altura em que o país, em particular a província da Zambézia, tem vindo a enfrentar sérios problemas no que diz respeito ao acesso à justiça. Por essa razão, e devido a vários factores, esta classe profissional vem enfrentando dificuldades do género.

“Sentimo-nos preocupados quando continuamos a ser barrados como advogados. Ter acesso ao constituinte numa esquadra é um problema sério”, afirmou Alberto, acrescentando que recentemente teria passado por uma situação do género numa das esquadras da cidade. “Ainda enfrentamos problemas para ver os nossos constituintes



Alberto Marqueza, Presidente da ODM -Zambézia



@Hoje em Moçambique: Supostas prisões ilegais (Simulação)

quando estão detidos e legalizados dentro do prazo, que são 48 horas.”

Em meio a este cenário, o presidente da Ordem dos Advogados denunciou igualmente a existência de prisões ilegais que alguns cidadãos têm sofrido, o que comprova a ocorrência de situações de injustiça. “Quando alguém é detido sem um mandado de captura emitido por um juiz, estamos perante uma prisão ilegal, segundo a lei. E uma prisão ilegal não pode ser legalizada pelo juiz de instrução. Infelizmente, assistimos a situações em que o juiz legaliza. É complicado.”

Ainda na mesma linha, Alberto Marqueza afirmou que há juizes que apadrinham casos de prisões ilegais, facto que preocupa a instituição, visto que, em muitos casos, os detidos não gozam plenamente dos seus direitos, uma vez que certos processos não observam os trâmites legais. “Segundo a lei, qualquer arguido que estiver detido em qualquer unidade, seja da polícia ou do tribunal, deve ser apresentado ao juiz de instrução dentro de 48 horas. Isso é o que a lei determina. Por outro lado, há também a obrigatoriedade de o indiví-

duo detido ter acesso a um advogado.”

Segundo o presidente da Ordem dos Advogados na Zambézia, a morosidade processual constitui outro problema grave, principalmente no tempo de legalização ou não da prisão por parte do juiz de instrução criminal. Devido a este factor, certos processos chegam a demorar mais de duas semanas sem desfecho. “Normalmente, quando os processos não são acelerados, o indivíduo passa duas ou mais semanas sem ser ouvido. Imagine, só para tramitar o processo é preciso que este vá até Nampula para se pronunciar sobre um caso de alguém que está detido há mais de uma semana. É quase impossível!”

De referir que um dos factores que pode estar a influenciar a ocorrência de casos deste género, está relacionado com a fraca aplicabilidade da legislação, que deveria garantir que os detidos gozem dos seus direitos de forma condigna perante cenários de injustiça como os descritos.

Por: CAMANETE AGOSTINHO



Nampula - Moçambique  
E-mail: comercial@hojeemmoçambique.org

Na província do Niassa

## Metangula acolhe lançamento do livro "O Mar em Moçambique: Infra-estrutura, regulação e segurança"

### Outros Títulos Publicados Pela Editora:

O curandeiro contratado pelo meu edil (2015) - Dany Wambire

As vozes d(oi) eus d(e) eu (2015) - Beni Chauque

Vozes malogradas (2015) - Euse Patricio

Habitantes do inóspito (2018) - Alex Dau

Detalhes de uma vida de silêncio (2017) - Heliodoro Baptista Júnior

O círculo da vida (2018) - Hélder Libelela

Mulher de Kumphela (2018) - Mukuda Pinho

Possíveis freios para caos (2021) - Britos Baptista

A frequência do silêncio (2021) - Alex Dau

Do signo apático (2024) - Mbepozine Macheche

A última oração do judas (2025) - Sakharari

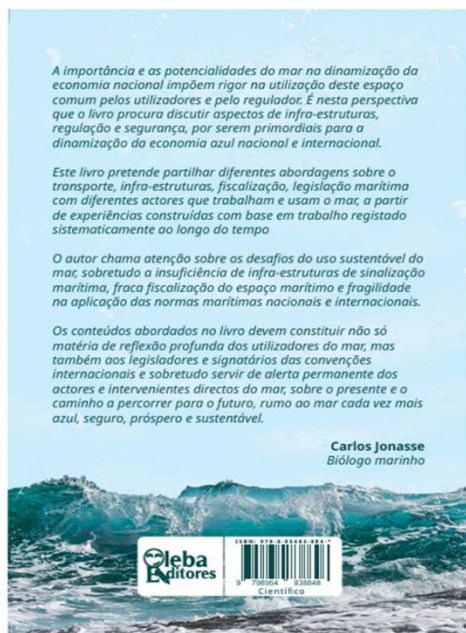
O livro das conversas (2025) - Lino Mukuruza (Org.)

Antologia poética - oficina em haiku (2025) - Lino Mukuruza (Org.)

Nos meandros do feito (2025) - Geraldo Macalane

O Discurso da vulva (2025) - Lino Eustáquio

O Mar em Moçambique infra-estrutura, regulação e segurança (2025) - Jacinto Jamal



Jacinto Jamal

É Licenciado em Economia e Gestão, especialidade em Gestão, pela Universidade Jean Piaget de Moçambique. Formado em Marinharia pela Escola de Aprendizagem Marítima das Ilhas Reunio (Departamento Ultramarino francês). Possui curso Sobre Meio Ambiente e Prospeção de Hidrocarbonetos - organizado pelo IMPACTO (Projectos e Estudos Ambientais). Formado em Basic Fire Fighting (ISO 9001), Working at Heights (ISO 45001); Basic First Aid (ISO 7010), que lhe confere International Health and Safety Passport pela ASCENDING APE Lda- Mozambique. Tem treinamento profissional em matéria de Segurança Marítima, Inspeção e Segurança de Navios no âmbito do Port State Control (PSC-Controlo do Estado do Porto) no GRAND PORT DE LA REUNION, administrada pela DIRECTION de La Mer SUD OCEAN INDIEN - Ilhas Reunio. Na Administração Marítima de Sofala desempenhou as funções de: Chefe de Repartição dos Transportes Marítimos; Chefe dos Registos e Licenciamento; Chefe do Departamento de Administração e Finanças; Chefe da Contabilidade; Coordenador da Unidade Gestora Executora de Aquisições (UGEA). Exerceu as funções de Administrador Marítimo na província de Niassa. Tem experiência na área de docência nas Universidades Jean Piaget de Moçambique (Campus de Inharrizua); Universidade Pedagógica da Beira (actualmente Unilicungo) e Instituto Superior Alberto Chipande (ESTAC). Realizou as funções de Técnico e Formador Provincial no Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) - Sofala e é Consultor e Pesquisador na área marítima. Actualmente, desempenha as funções de Delegado Provincial do Instituto de Transporte Marítimo no Niassa.

### Hoje em Moçambique: Obra de Jacinto Jamal

O investigador moçambicano Jacinto Jamal vai lançar, no próximo dia 24 de Outubro, no Jasmine Bay Hotel & Spa, em Metangula, distrito do Lago, província do Niassa, o seu primeiro livro intitulado "O Mar em Moçambique: Infra-estrutura, regulação e segurança". A obra teve o seu primeiro lançamento nacional na cidade da Beira, a 12 de Setembro deste ano.

O livro, de carácter científico e analítico, aborda os principais desafios e vulnerabilidades da segurança marítima em Moçambique, bem como as limitações estruturais e regulatórias que afectam a gestão dos recursos aquáticos do país.

Composto por nove capítulos, dos quais cinco dedicados à província do Niassa, o trabalho discute temas como os tribunais marítimos, a segurança e protecção marítima, os desafios dos transportes e infra-estruturas na região e a cabotagem nacional.

Segundo Jacinto Jamal, que possui mais de 20 anos de experiência no sector marítimo, a motivação para escrever o livro surgiu das suas inquietações sobre a gestão do mar em Moçambique, tendo decidido reunir as suas reflexões e pesquisas para contribuir com conhecimento científico sobre o tema.



Jacinto Jamal, escritor do livro

O investigador explica que escolheu Metangula para o lançamento por ser o local onde se situa Lago Niassa, que é um lago transfronteiriço.

"É uma forma de valorizar o território que aparenta estar esquecido nas políticas públicas, e de promover debates sobre segurança, infra-estruturas marítimas, implantação de tribunais marítimos e desenvolvimento aquático no âmbito da economia azul", afirmou Jacinto Jamal.

Por: HÉLIO FAUSTINO

Quando o socorro depende do dinheiro

## Supostas cobranças ilegais e negligência médica continuam a afectar pacientes na Zambézia

**N**os últimos dias, o mau atendimento aos pacientes em alguns hospitais do país tem sido motivo de lamentação, tendo em conta as condições a que estes são submetidos no seu dia a dia. Esta situação tem, inclusive, contribuído para a morte de alguns cidadãos.

Na Zambézia, por exemplo, durante a abertura da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Provincial, o tema foi alvo de várias denúncias. Uma das principais preocupações levantadas foi precisamente o mau atendimento nos hospitais, com destaque para supostas cobranças ilícitas de valores monetários destinadas ao abastecimento de ambulâncias, sobretudo no caso de mulheres grávidas que necessitam de transferência para outras unidades sanitárias.

Na ocasião, Nita Amade, membro da Assembleia Provincial da Zambézia, eleita pelo círculo eleitoral de Mocuba, pela bancada do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), denunciou que muitas mulheres são supostamente submetidas a cobranças ilícitas, principalmente no momento do parto.



Nita Amate, membro da APZ-MDM/Mocuba



©Hoje em Moçambique: Morosidade no atendimento

“Em vários hospitais, quando não se tem algo na mão, às vezes o parto corre mal. Isto acontece em Mocuba, e também no posto administrativo de Mulela, no distrito de Pebane, onde vivenciamos os mesmos problemas”, — explicou a fonte, mostrando grande preocupação com o nível de atendimento aos pacientes em alguns centros de saúde da província, situação que, segundo ela, merece maior atenção das autoridades competentes.

Relativamente ao caso do distrito de Pebane, a representante relatou momentos de desespero vividos por uma das vítimas dessas supostas cobranças ilícitas. “Foi há pouco tempo. Uma jovem grávida de cinco meses começou a sentir dores de parto e chegou muito mal ao distrito de Pebane. Em vez de organizarem a ambulância para levá-la, informaram que, se ela tivesse dinheiro, teria de abastecer o carro. Sem condições financeiras, acabou por subir num chapa. Devido às péssimas vias de acesso entre Pebane e Quelimane, a jovem perdeu o bebé nasceu morto com cinco meses de gestação”.

A fonte acrescentou ainda que este tipo de cenário é frequente nas comunidades, principalmente nas zonas rurais, onde a maioria da população vive em condições precárias, sem recursos financeiros nem meios para exigir os seus direitos, o que coloca em risco a vida de muitas famílias. “O governo, tanto central como local, precisa de adoptar medidas eficazes para combater este mal que assola as comunidades e garantir o bem-estar das famílias. É necessário promover palestras de sensibilização aos profissionais de saúde, para reforçar a disciplina e valorizar o estado dos pacientes”.

Vale recordar que os casos de mau atendimento em algumas unidades sanitárias da província da Zambézia incluem reclamações de maus-tratos, comportamento inadequado de alguns funcionários, demora no atendimento e falta de medicamentos e materiais hospitalares. Todos esses factores têm contribuído para a morte de pacientes e a falta de acesso a um tratamento digno e adequado.

Por: CAMANETE AGOSTINHO